

Desenvolvimento sem “ismos”: uma crítica ao novo-desenvolvimentismo a partir dos *Grundrisse* de Marx

Bianca Imbiriba Bonente
Hugo Figueira Corrêa¹

Resumo: O artigo tem por finalidade inspecionar criticamente o movimento (teórico/político) que vem se definindo como “novo-desenvolvimentista”. Surgido no rescaldo do fracasso do neoliberalismo na América Latina, o novo-desenvolvimentismo pretende constituir uma “alternativa aos males do capitalismo” por meio de uma atividade estatal capaz de se conjugar harmonicamente com mercados “fortes” – isso é, definidores do norte da vida social. Apesar do apoio encontrado por essa visão mesmo em setores da sociedade tradicionalmente associados à esquerda, pretendemos aqui chamar atenção para a necessidade da crítica radical, nos valendo para isso das indicações deixadas por Marx em seus esboços da crítica à Economia Política.

Palavras-chave: desenvolvimentismo; novo desenvolvimentismo; crítica da Economia Política.

Abstract: This paper intention is to critically inspect the (theoretical/political) movement self-called “new developmentalism”. Appearing as an aftermath of neoliberalism failure in Latin America, the new developmentalism argues for an ‘alternative to capitalism problems’ led by the state, but also capable of interact harmonically with strong markets – i.e., allowing markets to define the ends of social life. Although this perspective had found support among traditional left-wing sectors of society, our goal is to defend the necessity of reclaiming the radical critique of capitalism, and for that we use the notes on capitalism development left by Marx in his *Grundrisse*.

Keywords: developmentalism; new developmentalism; critique of Political Economy.

¹ Professores da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadores do NIEP-Marx/UFF.

1. Introdução

Enquanto poucos duvidam que na virada do século XXI a América Latina atravessava um indiscutível domínio neoliberal, tem ganhado força a ideia de que a política econômica sofreu uma inflexão desenvolvimentista nos últimos anos. O fenômeno estaria associado, de um lado, ao ressurgimento no campo acadêmico do interesse pela temática do desenvolvimento econômico, e, de outro lado, à ascensão dos governos da chamada “nova esquerda” latino-americana (que, como pretendemos deixar claro, tem tão pouco de “nova” quanto tem de “esquerda”).

O entusiasmo com as perspectivas abertas nesse momento se refletiu, portanto, na proliferação de trabalhos que, no plano teórico, buscam dar sustentação e justificar cientificamente a implementação de uma estratégia de desenvolvimento alternativa ao neoliberalismo. Ainda que não se constitua como uma corrente de pensamento homogênea e organizada, a nova produção acadêmica tem sido, em seu conjunto, caracterizada como “novo-desenvolvimentista”.

Como ponto de partida da proposta novo-desenvolvimentista, encontra-se o diagnóstico de que as políticas econômicas amparadas pelo receituário neoliberal não eram políticas focadas na promoção do desenvolvimento e que, diante do cenário atual, a retomada do desenvolvimento faz-se imperativa. Por outro lado, a proposta não se resume ao simples resgate do “velho-desenvolvimentismo”, considerado obsoleto e inadequado à realidade contemporânea.

Juntamente com a proliferação de textos associados ao novo-desenvolvimentismo, ou que exaltam os resultados supostamente positivos decorrentes da implementação dessa estratégia², cresce também o número de trabalhos que procuram analisar criticamente o novo-desenvolvimentismo, indicando, em geral, o caráter não-alternativo do projeto em relação ao neoliberalismo³. Mas, ainda que sejam

² Conferir, por exemplo, Mercadante-Oliva (2010), Sader (2013) e Moraes & Saad-Filho (2011).

³ Ver, especialmente, Gonçalves (2012). É importante destacar também que alguns autores, como Castelo (2012), Monfardini (2010) e Sampaio Jr. (2012), por exemplo, vão além da indicação de convergência entre neoliberalismo e novo-desenvolvimentismo, apontando a necessidade de uma crítica mais ampla aos fundamentos de ambos os projetos.

relevantes as contribuições nesse campo, entendemos que, ao restringir a crítica a esse aspecto, a esquerda perde uma excelente oportunidade histórica de se recompor e construir um projeto efetivamente alternativo de sociedade.

A proposta do artigo, portanto, é inspecionar criticamente o novo-desenvolvimentismo, à luz do contexto histórico de sua emergência e do projeto societário por ele sustentado (fundado sobre a naturalização das relações sociais capitalistas). Em seguida, tentamos recompor, a partir de indicações deixadas por Marx em seus rascunhos de 1857-1858, algumas das principais características do desenvolvimento capitalista, apontando para seu caráter contraditório e historicamente contingente.

2. Desenvolvimentismos e a interdição do horizonte de transformação social

A tentativa de elaborar uma nova estratégia de desenvolvimento, o novo-desenvolvimentismo, ganha espaço no Brasil no início dos anos 2000, sobretudo a partir das intervenções do economista Luiz Carlos Bresser-Pereira. Longe de ser uma proposta verdadeiramente nova, o novo-desenvolvimentismo de Bresser-Pereira reeditava um diagnóstico elaborado por neoestruturalistas e economistas heterodoxos (de tradições diversas) nos vinte anos anteriores.

De acordo com esse diagnóstico, o debate sobre desenvolvimento nacional havia sido interdito no Brasil e nos demais países latino-americanos pela ascensão hegemônica da ideologia neoliberal, imposta desde fora à região no período da crise da dívida e abraçada por dirigentes nacionais. Argumentava-se que o domínio neoliberal era incompatível a construção de estratégias de desenvolvimento, pois se chocava com o desenho de amplos “planos de ação”. Estes se amparavam, no mais das vezes, na agora rejeitada noção de que as forças de mercado eram insuficientes ou ineficazes para a modernização capitalista da periferia, devendo ser complementadas ou retificadas por um órgão de planejamento e execução do desenvolvimento personificado no Estado nacional.

Por outro lado, a crença neoliberal se apoiava no entendimento de que as mazelas sociais e debilidades econômicas da América Latina só poderiam ser mitigadas por meio de um amplo leque de reformas voltadas à liberdade de mercado, e que tinham por pressuposto o desmanche de um aparelho estatal supostamente hipertrofiado, ineficiente e corrupto. Nesse sentido, no discurso neoliberal a melhor estratégia de desenvolvimento seria “deixar fazer” (o *laissez faire*): retiram-se os entraves à livre-iniciativa, os desestímulos ao investimento (oriundos do setor público), os controles à movimentação do capital (sob qualquer forma por este assumida e em qualquer lugar) e o desenvolvimento, *como que por mão invisível*, concretiza-se como resultado.

E por décadas assim foi feito. Do ponto de vista histórico, as duas décadas finais do século XX foram marcadas por um domínio incontestado das idéias e políticas neoliberais – com efeitos trágicos e notórios para a população⁴. Não por acaso, entre o *there is no alternative*, de Thatcher, e o *outro mundo é possível*, de Porto Alegre, a América Latina acumulou capacidade de articulação e crítica contra o neoliberalismo. O novo-desenvolvimentismo *se apresenta* como representante deste movimento. Sua proposta é retomar as políticas de desenvolvimento nacional, abandonadas quando da chegada do neoliberalismo.

Os teóricos do novo-desenvolvimentismo não acreditam, contudo, na possibilidade (ou na correção) de um simples retorno às políticas desenvolvimentistas dos anos 1940-1950. Como não se cansam de afirmar, o “nacional-desenvolvimentismo” ou “velho-desenvolvimentismo”, ainda que possa constituir a base sobre a qual se ergue a nova estratégia de desenvolvimento, não se adequaria à conjuntura. Verdade seja dita, as muitas diferenças apontadas por defensores do novo-desenvolvimentismo com relação a seus predecessores em geral podem se resumir a uma: o nacional-desenvolvimentismo padeceria com uma “excessiva” complacência, quando não por certo encantamento, com relação às interferências estatais na economia.

⁴ Não há aqui espaço para demonstrar tal afirmação, embora existam diversos trabalhos apontando nesta direção. Para os propósitos do presente artigo, basta lembrar que os resultados insatisfatórios, especialmente no que diz respeito às condições de vida da população, foram admitidos por parte dos próprios defensores das reformas neoliberais, como fica evidente no revisionismo expresso no Pós-Consenso de Washington. Ver Williamson & Kuczinsky (2004).

De todo modo, segundo Bresser-Pereira (2012, p. 47), as principais diferenças entre os desenvolvimentismos de ontem e hoje são: (i) antes se defendia que a base do desenvolvimento seria a industrialização por substituição de importações, enquanto hoje se defende o crescimento com base nas exportações; (ii) antes acreditava-se que o Estado deveria viabilizar a industrialização gerando os recursos (via poupança forçada) e executando os investimentos, ao passo que hoje crê-se que ele deve apenas criar *oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades* econômicas; (iii) a política industrial é deslocada de um papel central para um “papel acessório” na estratégia de desenvolvimento; (iv) os déficits fiscais e (v) a inflação deixam de ser aceitos em qualquer hipótese. Olhando atentamente para os cinco pontos elencados, vê-se que, em todos os casos, se trata de garantir que as intervenções estatais não gerem distorções ou contrariem os sinais de mercado, nem tomem o lugar que “por direito” deveria pertencer ao setor privado⁵.

Ainda que não tenhamos aqui a intenção de fazer um resgate amplo das recomendações de política econômica, compatíveis com a função mediadora doravante atribuída ao Estado, é importante ressaltar que, em lugar de uma mudança efetiva (transformação social), o novo-desenvolvimentismo defende uma espécie de *transformação produtiva com equidade*, para usar a expressão popularizada pela Cepal nos anos 1990 e admitida pela nova literatura desenvolvimentista⁶. Essa transformação seria alcançada por meio da “estabilidade macroeconômica”, possibilitada por uma coordenação de políticas (fiscal, monetária, cambial, salarial) que garantisse “crescimento econômico sustentado, estabilidade financeira e estabilidade de preços”; o gerenciamento adequado das condições macroeconômicas permitiria o florescimento de um capitalismo progressista; a estabilidade e a concorrência criariam os estímulos

⁵ De fato, Sicsú, De Paula & Michel (2007, p. 515) – como diversos outros economistas antes deles – responsabilizam de modo mais ou menos explícito o desenvolvimentismo pela “ausência de uma burguesia nacional” no país: “A ausência de uma burguesia nacional forte é um dos aspectos críticos no estabelecimento de uma estratégia nacional de desenvolvimento no Brasil. Além da falta de uma política estatal mais efetiva e de longo prazo que favorecesse a empresa privada nacional no processo de desenvolvimento industrial, o ‘protecionismo tarifário generalizado e sem tempo determinado para acabar’ não estimulou o processo de aprendizagem das empresas nacionais. Isto ocorreu porque não foi acompanhado de um processo concomitante de geração de exportações e de desenvolvimento tecnológico. [...] A estratégia novo-desenvolvimentista, embora tenha suas origens no ‘velho desenvolvimentismo’, ainda que com um olhar crítico em alguns aspectos desta estratégia, busca adequar a estratégia desenvolvimentista aos novos tempos e à realidade brasileira atual. Não faz mais sentido, no atual estágio de desenvolvimento produtivo brasileiro, a existência de um Estado-empresário e de um protecionismo do mercado interno nos moldes do passado”.

⁶ Conferir Cepal (2000) e Sicsú, De Paula & Michel (2007, p. 509).

necessários à inovação; a demanda externa por *commodities* e/ou o adensamento do mercado interno (via políticas distributivas e de facilitação do acesso ao crédito, além de uma melhora salarial, associada ao aumento de produtividade) criariam os estímulos ao investimento privado; nessas condições seria possível o fortalecimento de uma burguesia comprometida com o destino nacional, nos colocando em uma trajetória de crescimento convergente com relação aos países centrais (o famigerado *catch-up*).

Não é difícil entender, nesse sentido, por que inúmeros críticos do novo-desenvolvimentismo apontam, corretamente, para as semelhanças deste com relação àquela visão que seria seu maior contraponto (em termos de estratégia), o neoliberalismo. De fato, a ideia de conjugar Estado e mercado numa só estratégia já havia sido sistematizada anteriormente, aparecendo de modo explícito, por exemplo, no pós-Consenso de Washinton e no neoestruturalismo, que compartilham a noção de que as políticas de desenvolvimento, embora indispensáveis, deveriam ser *market friendly*. Seria papel do Estado nesse esquema regular os mercados e fomentar a concorrência, ou como gostam de colocar seus defensores, seria necessário um *Estado forte* para garantir um *mercado forte*⁷.

A diferença é que, mesmo sem se opor frontalmente à avaliação neoliberal, que responsabiliza os excessos do Estado desenvolvimentista pela crise dos anos 1980, a nova ideologia desenvolvimentista crê na necessidade de uma estratégia nacional de desenvolvimento na qual este desempenha um papel ativo (embora “subsidiário”). Mais que isso, pode-se mesmo dizer que ela vê no Estado (num Estado que não se contrapõe, mas se coaduna com o mercado) uma espécie de “tábua de salvação”. Como explicitado na passagem abaixo:

A alternativa novo-desenvolvimentista aos males do capitalismo é a constituição de um Estado capaz de regular a economia – que deve ser constituída por um mercado forte e um sistema financeiro funcional – isto é, que seja voltado para o financiamento da atividade produtiva e não para a atividade especulativa. (SICSÚ, DE PAULA & MICHEL, 2007, p. 512)

⁷ Vemos por que, seguindo o exemplo oferecido pelo neoestruturalismo pelo menos uma década antes, o novo-desenvolvimentismo se apresenta como uma “terceira via” entre o desenvolvimentismo (em tese, um radicalismo de Estado), de um lado, e o neoliberalismo (supostamente, o radicalismo de mercado), de outro.

Embora estejamos aqui tratando o novo-desenvolvimentismo no singular, isso não significa que não sejamos capazes de reconhecer a pluralidade e as nuances que têm lugar em seu interior. A mais evidente disputa teórica entre os defensores dessa concepção diz respeito ao modo como as políticas econômicas e sociais se combinariam no interior da estratégia novo-desenvolvimentista. Por isso, Carneiro (2012a) insiste em afirmar que existem duas vertentes atuantes no debate: de um lado, “o novo-desenvolvimentismo, cujo centro de irradiação é a FGV-SP, que privilegia as dimensões macro das políticas econômicas e subordina a elas as políticas de desenvolvimento dando maior peso ao papel do mercado”; de outro, “o social-desenvolvimentismo, com origem na UNICAMP e UFRJ. Como a qualificação sugere, o social é o eixo do desenvolvimento e isto se daria pela centralidade do mercado interno via a ampliação do consumo – de bens públicos e privados – das massas. Nessa vertente se propõe a subordinação das políticas macroeconômicas às de desenvolvimento e o maior peso do Estado”⁸.

Para os propósitos do presente trabalho, no entanto, em lugar de ressaltar as diferenças no interior do novo-desenvolvimentismo e as divergências em relação ao velho-desenvolvimentismo, faz-se necessário ressaltar alguns traços comuns e característicos de ambas as correntes. Em toda literatura desenvolvimentista, o desenvolvimento socioeconômico é encarado como um processo benéfico, que tem de ser promovido, e que se traduz na ampliação da capacidade produtiva da sociedade (em seus termos, aumento de produtividade, através de investimentos e transformações na técnica produtiva) e da capacidade de consumo (por meio de uma redistribuição da riqueza social, ou ao menos das condições de acesso a ela, no plano individual). Em uma sentença, desenvolver significa ampliar a *riqueza* (entendida como uma *enorme coleção de mercadorias*).

Como se trata de uma perspectiva “modernizante” (cujo limite encontra-se definido pelo ponto de partida, isto é, pelo próprio modo de produção capitalista), o

⁸ Uma descrição mais detalhada de ambas as correntes pode ser vista em Carneiro (2012b, p. 767-776). Adotando um viés crítico, Castelo (2012) e Sampaio Jr. (2012) associam essas duas versões do novo-desenvolvimentismo não só aos centros acadêmicos desde os quais são irradiadas, mas à política nacional: enquanto o novo-desenvolvimentismo propriamente dito representaria o projeto tucano, o “social-desenvolvimentismo” se adequaria melhor às ideias petistas. Bastos (2012) também reconhece essa “filiação política” do debate, embora não pareça se incomodar tanto com ela.

horizonte de transformação possível no interior dessa visão de mundo é intrinsecamente restrito – voltado a atingir, quando muito, melhorias sociais. Mais do que isso, como pretendemos argumentar na próxima seção, o desenvolvimentismo esforça-se em dissociar os “aspectos progressistas” do desenvolvimento capitalista daqueles que seriam considerados seus “aspectos negativos” (suas “mazelas”). Dito de outro modo, a defesa do desenvolvimento capitalista, nessa perspectiva, tem por base a exasperação e atribuição de um caráter geral (universal) a uma das dimensões dessa dinâmica, abstraindo em simultâneo os demais momentos dessa totalidade. O progresso social, assim unilateralizado, é posto como resultado do avanço das forças produtivas do trabalho, como se esta se realizasse autonomamente, *fora* das relações sociais capitalistas.

3. Desenvolvimento capitalista (sem “ismos”) e suas contradições

Em um trecho dos *Grundrisse* intitulado *Capital fixo e desenvolvimento das forças produtivas da sociedade*, Marx apresenta o desenvolvimento do capital fixo (forma assumida pelos meios de trabalho no modo de produção capitalista) como sendo a expressão material (objetiva) do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Ademais, “a dimensão quantitativa e a eficácia (intensidade) com que o capital está desenvolvido como capital fixo indica o grau em que o capital está desenvolvido como capital, como o poder sobre o trabalho vivo, e em que submeteu a si o processo de produção como um todo”. (MARX, 2011, p. 583)

Nessa passagem, como em diversas outras ao longo de sua obra, Marx emprega o termo desenvolvimento para caracterizar um momento da história da formação social capitalista no qual o capital adquiriu extensão e força suficientes para dominar a esfera da produção e os demais momentos da existência social. Não se trata, portanto, do emprego corrente da palavra – entre os desenvolvimentistas, como vimos, a noção de desenvolvimento está associada às possibilidades de tornar a sociedade capitalista “mais humana” ou “melhor” em qualquer sentido. Desde a perspectiva marxiana, ao contrário, trata-se de reconhecer objetivamente a operação ampliada das leis que emanam da

organização própria da economia regida pelo capital, por piores (ou melhores, pouco importa) que sejam as suas consequências do ponto de vista humano.

Como Marx já havia concluído nesta etapa de seus estudos, a tendência mais fundamental e definidora do modo de produção regido pelo capital é a produção de valor em escala crescente. No modo de produção capitalista, o trabalho aparece como uma propriedade dos objetos, como *valor*, e a esfera econômica (*do trabalho*) apresenta-se como a principal esfera de sociabilidade, a partir da qual emana a dinâmica (*de ampliação do trabalho*) que subordina os demais momentos e esferas da existência. Embora essas conclusões sejam, evidentemente, apresentadas de maneira mais sistemática em *O capital*⁹, já nos rascunhos de 1857-58 Marx tem presente a noção de que “a autoconservação do capital é sua autovalorização” (Ibidem, p. 254) e que essa autovalorização tem por fundamento a apropriação de trabalho alheio, excedente, não pago, em suma, *mais-valor*.

Também no que diz respeito aos métodos de extração de mais-valor, Marx já tem claro que o aumento das forças produtivas se apresenta como um imperativo¹⁰. Ao ingressar na esfera produtiva, o capital revoluciona a forma de produzir, revoluciona o modo de fazer as coisas, transforma a produção para que essa se transforme num meio de expansão do valor – dinâmica essa que confere ao aumento das forças produtivas uma potência sem precedentes na história da humanidade:

O grande papel histórico do capital é o de *criar* esse *trabalho excedente*, trabalho supérfluo do ponto de vista do simples valor de uso, da mera subsistência, e seu destino histórico está consumado tão logo, por um lado, as necessidades são desenvolvidas a tal ponto que o próprio trabalho excedente

⁹ Como ressalta Duayer na apresentação à tradução brasileira dos *Grundrisse*, é apenas ao final dos rascunhos que Marx parece ter decidido tomar como ponto de partida de sua exposição a forma assumida pela riqueza social no modo de produção capitalista, a *mercadoria*. (MARX, 2011, p. 756) Nesse caso, já é possível perceber nos capítulos iniciais de *O capital* que, “como resultado dessa forma particular de sociabilidade determinada pela relação mercantil, os sujeitos – reduzidos a trabalhadores – estão subordinados à dinâmica incontrolada do produto de sua própria atividade, de seu trabalho. Nessas circunstâncias, como o valor é a categoria determinante do produto do trabalho, segue-se que o sentido da produção é a quantidade, e, portanto, o seu crescimento ilimitado. Trata-se, desse modo, de uma forma de dominação abstrata em que o sentido do produto, o sentido da produção da riqueza, está perdido para os sujeitos”. (DUAYER, 2011a, p. 20). Para mais sobre o tema, ver também Duayer (2011b) e Duayer & Medeiros (2008).

¹⁰ Nas palavras do autor: “o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho – antes de tudo, o pôr do trabalho excedente – é a condição necessária para o crescimento do valor ou para a valorização do capital. Como impulso infinito ao enriquecimento, o capital tende, conseqüentemente, ao aumento infinito das forças produtivas do trabalho, e as engendra”. (Ibidem, p. 270)

acima do necessário é necessidade universal derivada das próprias necessidades individuais; por outro, a laboriosidade universal mediante a estrita disciplina do capital, pela qual passaram sucessivas gerações, é desenvolvida como propriedade universal da nova geração; tão logo, finalmente, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, que o capital incita continuamente em sua ilimitada mania de enriquecimento e nas condições em que exclusivamente ele pode realizá-lo, avançou a tal ponto que a posse e a conservação da riqueza universal, por um lado, só requer um tempo de trabalho mínimo de toda a sociedade e, por outro lado, a sociedade que trabalha se comporta cientificamente com o processo de sua reprodução progressiva, com sua reprodução em uma abundância constantemente maior; que deixou de existir, por conseguinte, o trabalho no qual o ser humano faz o que pode deixar as coisas fazerem por ele. [...] Por isso o *capital é produtivo*; i.e., uma *relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais*. Só deixa de sê-lo quando o desenvolvimento dessas próprias forças produtivas encontra um limite no próprio capital. (Ibidem, p. 255-6, grifos originais)

Estamos diante, portanto, de um *progresso objetivo*, cujo potencial emancipador é reconhecido por Marx em diversos momentos¹¹. Ou seja, independentemente da forma como os sujeitos interpretam e avaliam os resultados desse processo, ao conferir ao aumento das forças produtivas um potencial ímpar, produzindo aumentos significativos de riqueza e de entrelaçamento entre os povos, diversificando as necessidades humanas atendidas pela produção – e demonstrar a existência desta dinâmica é um dos objetivos de Marx –, ampliam-se substancialmente as possibilidades de controle coletivo sobre a vida social e as condições materiais da emancipação humana.

A análise não pode, no entanto, esgotar-se neste ponto. Como Marx enfatiza, em lugar de se converter na “redução do tempo de trabalho de toda a sociedade a um mínimo decrescente e, com isso, na transformação do tempo de todos em tempo livre para seu próprio desenvolvimento”, a tendência do capital “é sempre, por um lado, de criar tempo disponível, por outro lado, de convertê-lo em trabalho excedente”. (Ibidem, p. 590) Se o sentido da produção capitalista é a produção ampliada de valor, como um fim em si mesmo, o aumento das forças produtivas põe trabalho excedente, mais-valor para o capital.

Além disso, a substituição crescente de trabalho vivo por trabalho morto, objetivado nos meios de produção (outra forma de expressar-se o desenvolvimento das forças produtivas), libera constantemente uma parcela da população que se torna

¹¹ Citamos apenas uma para ilustrar: “o capital aqui – de forma inteiramente involuntária – reduz o trabalho humano, o dispêndio de energia, a um mínimo. Isso beneficiará o trabalho emancipado e é a condição de sua emancipação”. (Ibidem, p. 585)

relativamente supérflua desde o ponto de vista da valorização. O desenvolvimento das relações capitalistas pressupõe a separação entre, de um lado, o trabalhador e, de outro, as condições materiais de sua subsistência; mas ao mesmo tempo em que torna imperativa, para a parcela trabalhadora da população, a relação de assalariamento, “os põe fora das condições de reprodução dessa base determinada e, por essa razão, os põe como superpopulação, e não somente desprovida de meios, mas incapaz de se apropriar dos meios de subsistência pelo trabalho, logo os põe como pobres. É só no modo de produção fundado sobre o capital que o pauperismo aparece como resultado do próprio trabalho, do desenvolvimento da força produtiva do trabalho”. (Ibidem, p. 503)

Por um lado, analisando a questão objetivamente, sob a ótica do funcionamento sistêmico, podemos observar que, se a riqueza no capitalismo tem caráter mercantil e, por isso, carece de realização, é contraditório que esse mesmo sistema prive permanentemente uma parte da população da capacidade de consumo. (Ibidem, p. 343-344) Ademais, a massa de pobres e miseráveis representa uma ameaça à estabilidade social e política, ao menos em potencial. Por outro lado, partindo do prisma da humanidade, da preservação da vida, da melhora e desenvolvimento de nossa individualidade, também é contraditório que haja pobreza numa sociedade que cria as condições materiais para eliminá-la.

Por fim, há ainda um elemento da análise que tem de ser levado em consideração: quanto mais se desenvolvem as forças produtivas do trabalho e se transformam os meios de trabalho (conduzindo, no limite, ao surgimento da maquinaria como sistema automático), “o trabalho objetivado se contrapõe materialmente ao trabalho vivo como o poder dominante e como a subsunção ativa deste a si”. (Ibidem, p. 581) Em outras palavras: “as condições objetivas do trabalho assumem uma autonomia cada vez mais colossal, que se apresenta por sua própria extensão, em relação ao trabalho vivo, e de tal maneira que a riqueza social se defronta com o trabalho como poder estranho e dominador em proporções cada vez mais poderosas”. (Ibidem, p. 705)

Chegamos, com isso, a uma das dimensões do caráter estranhado ou alienado do trabalho que domina a sociedade capitalista. O capital é, por definição, esse trabalho autonomizado que se contrapõe aos sujeitos como uma entidade externa e coercitiva. Como afirma Postone (1993, p. 30): “[...] uma marca central do capitalismo é que as

peças realmente não controlam sua própria atividade produtiva ou o que elas produzem, mas são, em última instância, dominadas pelos resultados desta atividade. Esta forma de dominação é expressa como uma contradição entre indivíduos e sociedade e constituída como uma estrutura abstrata”.

Quando trata do desenvolvimento capitalista, portanto, Marx está tratando da ampliação da lógica contraditória do capital em suas múltiplas dimensões, tanto em sentido extensivo (i.e., para uma porção mais ampla do globo, submetendo uma quantidade maior de formações sociais e seres humanos) quanto em sentido intensivo (comandando momentos mais amplos da convivência social, como a atividade científica, artística, esportiva, relações afetivas etc.). Em outras palavras, como sistematizado por Bonente & Medeiros (2013, p. 20), desenvolver-se significa não apenas o “desenvolvimento da capacidade produtiva, o avanço da tecnologia, a diversificação das necessidades humanas, mas também do desenvolvimento da exploração do trabalho pelo capital e do estranhamento”.

Se essas contradições são compreendidas como resultado da forma específica assumida pelo trabalho no modo de produção capitalista, a superação dessas contradições tem de passar, necessariamente, pela abolição do valor¹². Por isso, já em seu tempo, Marx rechaçou teorias estabelecidas no âmbito da ciência econômica que defenderam a possibilidade de solucionar os “males do capitalismo” valendo-se da produção ampliada de riqueza e alterando exclusivamente seu modo de distribuição.

A ausência de propriedade do trabalhador e a propriedade do trabalho objetivado sobre o trabalho vivo, ou a apropriação do trabalho alheio pelo capital – as duas coisas expressando a mesma relação, só que em dois polos opostos –, são condições fundamentais do modo de produção burguês, e de modo nenhum contingências que lhe são indiferentes. Esses modos de distribuição são as próprias relações de produção, só que *sub specie distributionis* [sob o ponto de vista da distribuição]. Por isso, é extremamente absurdo quando, p. ex., J. S. Mill diz: “As leis e condições da produção da riqueza compartilham o caráter das verdades físicas. (...) Não é assim com a distribuição da riqueza. Esta é exclusivamente uma questão da instituição humana”. As “leis e condições” da produção da riqueza e as leis da “distribuição da riqueza” são as mesmas leis sob formas diferentes, e ambas mudam, passam pelo mesmo processo histórico; são tão somente momentos de um processo histórico. (MARX, 2011, p. 706-707)

¹² Esse argumento tem sido amplamente defendido por Duayer (2011a, 2011b) e Postone (1993), entre outros.

Podemos ver na resposta novo-desenvolvimentista aos “males do capitalismo” um procedimento semelhante àquele realizado por Mill. Seu fundamento é a separação entre as esferas produtiva e distributiva, que lhes permite exaltar o mercado por sua capacidade de dinamizar a produção (viabilizando a progressiva apropriação da ciência pelo capital e o aumento da capacidade produtiva) e, ao mesmo tempo, guardar para o Estado a função de proteger a sociedade dos efeitos deletérios associados ao irrestrito funcionamento do mercado (o que, episodicamente, envolve a interferência na forma como se distribui a riqueza, tanto na relação entre capital e trabalho, quanto nas relações intracapitalistas).

Tal operação, para além do fato de se basear em uma concepção ingênua acerca da natureza do Estado, separa aspectos de um mesmo processo histórico e reafirma a inevitabilidade da formação social vigente. A esse respeito podemos nos valer da observação feita por Postone (1993, p.313-314), a propósito de seu debate com o marxismo tradicional (que sustenta, em algum nível, o mesmo tipo procedimento): o “planejamento em tal situação, bem ou malsucedido, significaria uma resposta consciente às compulsões impostas pelas formas alienadas das relações sociais expressas por valor e capital; ele não significaria, no entanto, sua superação”.

4. Conclusão

Uma parte considerável das críticas recentes ao novo-desenvolvimentismo tem se concentrado em mostrar sua identidade com o projeto econômico ao qual pretende se contrapor, o neoliberalismo. E com razão: como observam, por exemplo, Gonçalves (2012), a despeito de se batizarem “novo-desenvolvimentistas”, seu entendimento acerca do funcionamento social e sua estratégia de desenvolvimento tem, de fato, mais afinidades com o “consenso” liberal, reestabelecido na ciência econômica nas últimas décadas, do que com o “desenvolvimentismo” do qual se supõem herdeiros.

Mas o risco imanente a toda argumentação desse tipo é que ela frequentemente conduz à ideia de que a melhor solução possível seria o retorno a um “autêntico” desenvolvimentismo (leia-se, uma estratégia realmente capitaneada pelo Estado cuja

finalidade última, ainda que não exclusiva, é a garantia de crescimento econômico). A esse respeito, procuramos argumentar que o resultado é a negação de qualquer horizonte possível de transformação social, que mantém a Economia enredada em um movimento pendular dos “consensos” resultantes dos embates entre liberais e keynesianos (ou desenvolvimentistas)¹³.

É desde esse ponto de vista que a semelhança entre o desenvolvimentismo e neoliberalismo tem de ser reforçada: trata-se, em ambos os casos, da defesa de um mesmo projeto societário, ainda que divergências existam em termos da forma de garantir tal processo. Talvez a maior delas seja que, ao reconhecer parcialmente o caráter “anárquico” do mercado, o desenvolvimentismo vê a atividade social “consciente” personificada no Estado como elemento imprescindível para a realização daquele ideal de sociedade. Em todos os casos, se trata de *defender o* (ou a necessidade de) *desenvolvimento*.

Finalmente, nos parece importante destacar que o reconhecimento da existência de “mazelas” associadas ao desenvolvimento capitalista confere à perspectiva desenvolvimentista certo acento crítico. Seus defensores podem se sentir (e provavelmente se sentem) verdadeiramente movidos pela angústia ou indignação daqueles que percebem estar em curso um processo histórico lesivo para certas nações e parcelas da população e/ou com a indiferença com que a doutrina liberal geralmente trata o assunto. Mas o resultado das respostas que propõem não pode ser outro que não a defesa da conservação desta forma sociabilidade. Como observamos em outra oportunidade:

Considerando, por exemplo, a convergência em torno da redução do desenvolvimento ao “crescimento do produto”, só episodicamente rompida, fica bastante nítido o modo como as teorias do desenvolvimento projetam sobre o passado e sobre o futuro as formas de riqueza e trabalho que são específicas do capitalismo, sem jamais indagar quais são os pressupostos objetivos de um trabalho que adquire esse caráter de permanente expansão. Com isso, as teorias não apenas naturalizam processos históricos altamente complexos, não apenas se apresentam como instrumentos a serviço dessa história “naturalizada”, mas também, ao lhe fornecer inteligibilidade, comparecem *objetivamente* como formas de consciência indispensáveis à sua

¹³ Movimento esse que parece dar razão à metáfora jocosa de Duayer & Nabuco (2008, p. 9) segundo a qual a ciência econômica parece padecer de um “transtorno bipolar”, que reflete as próprias contradições do capitalismo.

reprodução. Comparecem, portanto, como a ciência *deste* desenvolvimento. (BONENTE, 2011, p. 134)

A teoria social marxiana, por outro lado, se ampara no reconhecimento do caráter histórico das relações sociais capitalistas e busca, através do exame crítico de seu objeto, desvendar as condições que possibilitaram a emergência dessa forma específica de sociabilidade e suas principais determinações. Termina assim por reconhecer na análise do desenvolvimento capitalista a formação de tendências contraditórias que convertem o potencial emancipador num aprisionamento dos sujeitos a uma dinâmica sobre a qual não têm controle¹⁴. Sua teoria social, portanto, não se desdobra em uma nova proposta de desenvolvimento; se desdobra na afirmação da necessidade da transformação em direção a outra formação social, dotada de outra dinâmica de desenvolvimento.

¹⁴ Sobre a relação entre o desenvolvimento capitalista e a “ausência de liberdade”, ver também Bonente & Medeiros (2013).

5. Referências

- BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, v. 21, n. especial, dez. 2012.
- BONENTE, B. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- BONENTE, B.; MEDEIROS, J. L. Desenvolvimento como ausência de liberdade: Marx contra Sen. In: *Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia Política*, Belo Horizonte, 2013.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: DELORME PRADO, L. C. (Org.), *Desenvolvimento Econômico e Crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- CARNEIRO, R. Um intelectual em seu labirinto. *Carta Maior*, 30 de mar. de 2012a.
- CARNEIRO, R. Velhos e novos desenvolvimentismos. *Economia e Sociedade*, v. 21, n. especial, dez. 2012b.
- CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 112, out./dez. 2012.
- CEPAL. Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- DUAYER, M. Apresentação. In: MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- DUAYER, M. “Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no Capitalismo”. *Revista Margem Esquerda*, v. 17, p. 88-99, 2011b.

- DUAYER, M.; MEDEIROS, J. L. “Marx, estranhamento e emancipação: o caráter subordinado da categoria da exploração na análise marxiana da sociedade do capital”. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 34, p. 151-161, 2008.
- DUAYER, M.; NABUCO, P. O transtorno bipolar da ciência econômica e crítica da economia política. In: *Anais do IV Colóquio da Sociedade Latino-Americana de Economia Política e Pensamento Crítico*, Buenos Aires, Argentina, 2008.
- GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 112, out./dez. 2012.
- MARX, K. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011. -
- MERCADANTE OLIVA, A. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil*: análise do governo Lula (2003-2010). Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2010.
- MONFARDINI, R. *Contra o novo-desenvolvimentismo*: uma crítica à suposta alternativa ao neoliberalismo. Dissertação (Mestrado) – UFF, Niterói, 2010.
- MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política*, v. 31, n.4 (124), out.-dez. 2011.
- POSTONE, M. *Time, labor, and social domination*: a reinterpretation of Marx's critical theory. Cambridge: Cambridge University, 1993.
- SADER, E. (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- SAMPAIO JR., P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 112, out./dez. 2012.
- SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F.; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, v. 27, n.4 (108), out./dez. 2007.
- WILLIAMSON, J.; KUCZINSKI, P. (Org.) *Depois do Consenso de Washington*: retomando o crescimento e a reforma na América Latina. São Paulo: Saraiva, 2004.